

---

# Sumário

---

- 1 Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado, 1**
- 2 Questões Materiais e Processuais Atinentes aos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, 159**
  - 2.1 Das relações de parentesco, 159
    - 2.1.1 Das disposições gerais, 159
    - 2.1.2 Da filiação, 160
    - 2.1.3 Da adoção, 162
    - 2.1.4 Do poder familiar, 164
  - 2.2 Da Tutela, 165
    - 2.2.1 Conceito, 165
    - 2.2.2 Espécies de tutela, 166
    - 2.2.3 Dos impedidos e dos escusados, 167
    - 2.2.4 Do exercício da tutela, 167
    - 2.2.5 Da extinção da tutela, 169
  - 2.3 Aspectos processuais gerais, 169
    - 2.3.1 Processo e procedimento, 169
    - 2.3.2 Partes e procuradores, 170
    - 2.3.3 Despesas processuais, 172
    - 2.3.4 Petição inicial, 173
    - 2.3.5 Resposta do réu, 174

- 2.4 Medidas judiciais por espécie 175
  - 2.4.1 Ação de adoção, 175
  - 2.4.2 Ação de destituição de poder familiar cc adoção, 176
  - 2.4.3 Ação de modificação de guarda, 176
  - 2.4.4 Ação de regulamentação de guarda e visitas, 177
  - 2.4.5 Ação de tutela, 178
  - 2.4.6 Procedimento para apuração de ato infracional, 179

### 3 Modelos Atinentes aos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, 181

- 3.1 Ação de adoção envolvendo criança registrada apenas no nome da mãe, movida pelo companheiro, 181
- 3.2 Ação de destituição do poder familiar cumulada com adoção, movida por atual companheiro da mãe da criança, 183
- 3.3 Ação de destituição de poder familiar cumulada com adoção, movida por casal em razão de criança entregue pelo juízo da infância, 185
- 3.4 Ação de homologação de acordo entre os pais envolvendo guarda, visitas e alimentos, 187
- 3.5 Ação de modificação de guarda cumulada com visitas, movida pela mãe em face do pai, 189
- 3.6 Ação de regulamentação de guarda movida pelos tios do menor, 191
- 3.7 Ação de regulamentação de guarda cumulada com visitas, movida pela mãe em face do pai, 193
- 3.8 Ação de regulamentação de guarda cumulada com visitas, movida pelo pai em face da mãe, 195
- 3.9 Ação de regulamentação de guarda cumulada com visitas, movida pela avó materna em face dos pais, 197
- 3.10 Ação de regulamentação de guarda cumulada com visitas em razão de violência doméstica, movida pela companheira em face do companheiro, 199
- 3.11 Ação de regulamentação de guarda cumulada com visitas, movida por terceiros em face dos pais, 201
- 3.12 Ação de regulamentação de guarda cumulada com visitas e alimentos, movida pela mulher e filho em face do genitor, 203
- 3.13 Ação de tutela, irmão pedindo tutela do irmão menor, 205
- 3.14 Contestação de ação de regulamentação de visitas, movida pela mãe em face do pai, 207
- 3.15 Contrarrazões de agravo de instrumento – desinternação, 209
- 3.16 Contrarrazões de apelação – concessão de remissão, 212
- 3.17 Contrarrazões de apelação – prescrição da medida socioeducativa, 215
- 3.18 *Habeas Corpus* interposto no Superior Tribunal de Justiça contra acórdão que não reconheceu a ocorrência da prescrição, 218

- 3.19 *Habeas Corpus* interposto no Tribunal de Justiça contra decisão que determinou a internação provisória de adolescente em procedimento de apuração de ato infracional, 222
- 3.20 *Habeas Corpus* interposto no Tribunal de Justiça em razão de excesso de prazo da internação provisória, 226
- 3.21 *Habeas Corpus* interposto no Tribunal de Justiça em razão da ocorrência da prescrição da medida socioeducativa, 229
- 3.22 Ofício requerendo diligências junto ao Conselho Tutelar, 233
- 3.23 Ofício requerendo diligências junto à Delegacia Policial, 234
- 3.24 Petição informando sobre agressões sofridas por adolescente internado e requerendo imediata transferência, 235
- 3.25 Petição informando a interposição do recurso de agravo de instrumento (art. 526, CPC), 236
- 3.26 Petição informando ao juízo da infância e da juventude mudança de endereço, 237
- 3.27 Petição justificando ausência em audiência de apresentação, requerendo-se designação de nova data, 238
- 3.28 Petição oferecendo defesa prévia (art. 186, § 3º, ECA), 240
- 3.29 Petição oferecendo memoriais – ato infracional equivalente a roubo (art. 157, CP), 241
- 3.30 Petição oferecendo memoriais – ato infracional equivalente a porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14, Lei nº 10.826/03), 244
- 3.31 Petição oferecendo memoriais – ato infracional equivalente a tráfico ilícito de drogas (art. 33, Lei nº 11.343/06), 246
- 3.32 Petição requerendo desarquivamento de ação de regulamentação de guarda e visitas, 250
- 3.33 Petição requerendo a expedição de segunda via do termo de guarda, 251
- 3.34 Petição requerendo a juntada de documentos para comprovar estudo e emprego regular, 252
- 3.35 Petição requerendo progressão de regime – internação para liberdade assistida, 253
- 3.36 Petição requerendo o reconhecimento da ocorrência da prescrição em procedimento para apuração de ato infracional, 255
- 3.37 Petição requerendo regularização de guarda fática, 257
- 3.38 Recurso de Agravo de Instrumento contra decisão que determinou a internação provisória de adolescente em procedimento de apuração de ato infracional, 258
- 3.39 Recurso de Agravo de Instrumento contra decisão que determinou a emenda da petição inicial de ação de regulamentação de guarda, visitas e alimentos, 262
- 3.40 Recurso de Apelação – Ato infracional equivalente a roubo qualificado (art. 157, CP), 266

- 3.41 Recurso de Apelação – ato infracional equivalente a tráfico ilícito de entorpecentes (art. 33, Lei nº 11.343/06), 271

#### 4 **Legislação Complementar, 277**

- 4.1 Decreto nº 99.710, de 21.11.1990 – Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança, 277
- 4.2 Lei nº 8.242, de 12.10.1991 – Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), 304
- 4.3 Lei nº 8.560, de 29.12.1992 – Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências, 308
- 4.4 Decreto nº 2.740, de 20.08.1998 – Promulga a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores, 311
- 4.5 Decreto nº 3.174, de 16.09.1999 – Cria o Conselho das Autoridades Centrais Administrativas Brasileiras, 323
- 4.6 Portaria nº 1.220, de 11.07.2007 – Regulamenta as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 327
- 4.7 Lei nº 11.804, de 05.11.2008 – Disciplina o direito a alimentos gravídicos, 336

*Bibliografia, 339*